

“Façamos a revolução, antes que o povo a faça”: Muzambinho e a Revolução de 1930

"Let's make the revolution, before the people do it": Muzambinho and the 1930 Revolution

Thais Cristina Lima

Bolsista da FAPEMIG (Fundação de Amparo a Pesquisa de Minas Gerais). Estudante do Curso Técnico em Informática do IFSULDEMINAS - Câmpus Muzambinho

Resumo

Em novembro de 1953, Getúlio Vargas chega a Muzambinho para participar das festividades de inauguração da Escola Agrotécnica Federal de Muzambinho - MG. No discurso proferido na inauguração do referido educandário, o próprio presidente destaca sua ligação política com o município desde a “Revolução de 1930”, ressaltando o importante e pioneiro apoio recebido. Embora isto faça parte de uma estratégia argumentativa de aproximação do auditório presente na inauguração, o objetivo deste trabalho é esclarecer a participação do município no processo de construção da “Revolução de 1930”, destacando o possível pioneirismo de sua adesão ao movimento de deposição do presidente Washington Luís. A pesquisa ora apresentada justifica-se por contribuir para os estudos que discutem a forma de organização dos movimentos civis e militares que permitiram o golpe de 1930.

Palavras-chave: Revolução; Populismo; Pioneirismo; Resgate Histórico; Discurso

Abstract

In November 1953, Getúlio Vargas arrived in Muzambinho to take part in the inauguration festivities of the Agrotechnical Federal School of Muzambinho - MG. In the speech given at the inauguration of the aforementioned school, the president emphasized his political connection with the municipal district since the "Revolution of 1930", highlighting the important and pioneer support received. Although this was part of an argumentative strategy aiming at approaching the spectators present at the inauguration, the objective of this work is to clarify the participation of the municipal district of Muzambinho in the process of construction of the "Revolution of 1930", highlighting the possible pioneering of its adherence to the movement of deposition of President Washington Luis. The research here presented is justified for its contribution to the studies which discuss the manner by the civil and military movements that allowed the coup of 1930 were organized.

Keywords: Revolution; Populism; Pioneering; Historical Redemption; Speech

1. Introdução

A história política do Brasil é dividida em etapas que possuem características muito divergentes entre si. O sistema de colônia vigorou até 1822, quando D. Pedro proclamou a independência e o país conheceu o governo imperial. Em 1889, ocorre, finalmente, a Proclamação da República. Chega-se, então, a um dos períodos mais complexos do contexto histórico brasileiro: a Primeira República ou a República Velha.

A Primeira República durou de 1889 até 1930, e foi um período marcado por uma série de políticas impopulares, em certa medida. A princípio, se estabelecera uma relativa estabilidade política, porém, de bases fracas, que rapidamente deram passagem para uma revolução, que modificou consideravelmente os rumos do país. De 1889 até 1894, estabeleceu-se a “República da Espada”, um governo de tendências claramente militares (e que já comprovava seu caráter oligárquico), que teve como presidentes os marechais Deodoro da Fonseca e Floriano Peixoto, dois representantes advindos diretamente do exército brasileiro. Esse período de governo recebeu grande apoio do exército, o qual, considerando o contexto de uma fase de

transição, foi fundamental para a manutenção do regime republicano e para que qualquer tentativa de retorno ao antigo regime fosse inviável.

Nesse período, mais exatamente no ano de 1891, foi promulgada a segunda constituição brasileira, na qual foram definidas as bases institucionais do novo regime político: federalismo, presidencialismo e sistema bicameral, como é dito por Valentim (2010, p. 41) "com sua influência ampla e profunda na sociedade brasileira, principalmente na elite militar e política, o Positivismo foi a base fundamental da compilação do texto da Constituição de 1891 e também da implantação da República pelos militares em 1889”.

Com a saída de Floriano Peixoto do poder, em 1894, o governo se estabelece definitivamente como uma República Oligárquica. Entra no poder o primeiro governo civil do sistema republicano: de corrente moderada, tinha como presidente Prudente de Moraes (do Partido Republicano Paulista). Com o fim do governo de Moraes em 1898 e a entrada de Campos Sales, inicia-se um processo de rotinização da República; a chamada “Política dos Governadores” ou “Política dos Estados”. O Presidente Campos Salles implantou um sistema de plena

autonomia das elites regionais. Nesse contexto, de controle do governo federal, a decisão cabia apenas aos estados de Minas Gerais e São Paulo. Ou seja, estava decretada a política do Café com Leite, um sistema no qual o Partido Republicano Mineiro (PRM) e o Partido Republicano Paulista (PRP) preponderavam no governo, assim como definiu Campos Sales:

Neste regime, disse eu na minha última mensagem, a verdadeira força política, que no apertado unitarismo do Império residia no poder central, deslocou-se para os Estados. A Política dos Estados, isto é, a política que fortifica os vínculos de harmonia entre os Estados e a União é, pois, na sua essência, a política nacional. É lá, na soma destas unidades autônomas, que se encontra a verdadeira soberania da opinião. O que pensam os Estados pensa a União! Outros deram à minha política a denominação de "Política dos Governadores". Teriam acertado se dissessem "Política dos Estados". Esta denominação exprimiria melhor o meu pensamento (CAMPOS SALLES, 1983).

Assim, a política republicana desenvolveu-se em um molde coronelista: a oligarquia cafeeira estava no poder. Com isso, a presença dos coronéis nas mais diversas

regiões do Brasil era uma característica da época. Eles representavam o meio de relação entre a população e poder de Estado, embora defendessem apenas a parcela da população que pertence à elite. As votações e todas as ações promovidas pelos coronéis eram protegidas pela coerção física e psicológica. Surge a figura dos jagunços, funcionários dos grandes produtores de café e que eram responsáveis pelo controle da população. Basicamente, o voto era compreendido como moeda de troca, ou seja, os coronéis apoiavam o governo estadual sob a forma de votos e, em troca, o governo garantia o poder desses coronéis sobre seus rivais e seus dependentes.

O coronelismo oligárquico manteve-se forte ao longo de sua duração. Porém, a Primeira República foi marcada por momentos pontuais de revolta. Em 1904, ocorreu a Revolta da Vacina; em 1910, a Revolta da Chibata. Além dessas revoltas, não foram poucos os movimentos sociais urbanos que tomaram as ruas em protesto contra a falta de estrutura. A população abandonada por uma República de poder oligárquico também se manifestou, como foi o caso da população de Canudos, um arraial do interior da Bahia duramente combatido pela República.

A partir de 1910, a classe operária tornou-se uma das protagonistas da vida pública brasileira. Com a entrada de ideais anarquistas e anarco-comunistas, inaugurou-se a prática de greves: entre 1906 e 1908, houve um crescimento considerável em sua quantidade e, em 1907, a primeira greve geral em São Paulo ocorreu, em defesa das oito horas de trabalho. Em 1922, cria-se o partido comunista. Na década de 1920, começa o movimento tenentista, marcado por movimentos como a Revolta dos 18 do Forte, a Revolução paulista de 1924 e a Coluna Prestes. Tudo isso enfraquece a primeira república, configurando um antecedente que começou a preparar o cenário para o acontecimento do rompimento entre os portadores do poder.

Até 1930, o acordo entre o PRM e o PRP mostrou-se muito eficiente. A alternância entre políticos indicados por cada um dos partidos ocorreu de forma adequada e a chamada “política do café com leite” vinha funcionando de uma forma satisfatória para seus participantes. No entanto, as eleições de 1930 acabaram por modificar esse cenário. Washington Luís era o presidente do Brasil desde 1926. Paulista (membro do PRP), a partir do acordo entre São Paulo e Minas

Gerais, deveria indicar um candidato mineiro ao cargo de presidente. Dentre os possíveis mineiros, o presidente de Minas Gerais Antônio Carlos Ribeiro de Andrada era o que possuía mais chances de indicação e maior aceitação dentro do contexto político da época.

Apesar de tais circunstâncias, o então presidente Washington Luís contrariou as expectativas e indicou Júlio Prestes, membro do Partido Republicano Paulista, alegando o intuito de estabelecer uma continuidade no método de governo. Ao indicar outro paulista para o cargo Washington, quebrou o acordo entre São Paulo e Minas Gerais, gerando grande insatisfação dentre os políticos mineiros. Minas Gerais não era o único estado insatisfeito com tal contexto político. O estado do Rio Grande do Sul e da Paraíba também não estavam de acordo com as decisões que vinham sendo tomadas, formando uma dissidência. Assim, Minas Gerais juntou-se a essa, e os três estados passaram a formar um grupo dissidente de articulação convincente frente ao governo. O Brasil estava dividido: outras pequenas dissidências (partidos políticos de oposição de diversos estados), se aliaram a esse grupo e formaram um partido de oposição política que viria a modificar o cenário brasileiro - surgia a

Aliança Liberal.

A Aliança Liberal surgiu em agosto de 1929 como uma forma de se opor à candidatura de Júlio Prestes à presidência. Ao reunir diversas dissidências, foi tido como um partido revolucionário, posteriormente responsável pela condução da Revolução de 1930. A Aliança lançou como candidatos Getúlio Vargas e João Pessoa, respectivamente presidente e vice-presidente. Schwarcz e Starling (2015, p. 354) se referem a esse partido da seguinte maneira:

A chapa de oposição trazia a candidatura do presidente do Rio Grande do Sul, Getúlio Vargas, à presidência da República e a de João Pessoa, presidente da Paraíba, à Vice-Presidência. Vargas tinha uma família de criadores de gado da cidade de São Borja, no extremo oeste do estado, formou suas ideias políticas na tradição da ditadura republicana dos positivistas gaúchos e subiu depressa na vida pública: foi deputado estadual, federal, líder da bancada de seu estado no Congresso, e ministro da fazenda de Washington Luís, entre 1926 e 1927. Já a família de João Pessoa tinha, havia anos, o controle político da Paraíba, seu tio Eptácio Pessoa fora presidente da República entre

1919 e 1922, e o sobrinho gozava da fama de administrador eficiente e honesto.

A comoção promovida pela Aliança Liberal foi algo raramente visto até então. Vargas já começava a comprovar seu apelo popular, quando discursou em janeiro de 1930 por algumas horas sobre a plataforma da Aliança Liberal, sendo fortemente ovacionado; em seu discurso, o candidato à presidência destacou, sobretudo, os problemas sociais:

Discurso de Vargas – 1: "Não se pode negar a existência da Questão Social no Brasil como um dos problemas que terão de ser encarados com seriedade pelos poderes públicos." (D'ARAÚJO, 2011, p. 285).

Percebe-se, assim, uma preocupação clara com as questões sociais urbanas, apesar do programa de governo da Aliança Liberal não apresentar novidades substanciais em seus apontamentos, assim descrito por Boris Fausto (1997, p. 62):

Nos manifestos da Aliança Liberal não se encontram traços de um programa industrialista. Sem dúvida, a plataforma

“aliancista” não se dirige de modo direto ao “mundo rural”, como é o caso da plataforma da candidatura de Júlio Prestes, onde há expressa referência ao fazendeiro como “tipo mais representativo da nacionalidade” e à fazenda como “lar brasileiro por excelência, onde o trabalho se casa à doçura da vida e a honestidade dos costumes completa a felicidade”. Alguma coisa de novo se filtra, tanto em algumas promessas dirigidas à classe operária, aludindo à aplicação da lei de férias e ao advento do salário mínimo, como nas afirmações acerca da necessidade de se resolver o problema siderúrgico, associadas menos ao desenvolvimento industrial que à segurança nacional.

Em outro momento do mesmo discurso, Vargas criticou a política de valorização do café que vinha sendo feita até então:

Discurso de Vargas – 2: “A valorização do café, com se fazia, teve tríplice efeito negativo: diminuiu o consumo, fez surgir sucedâneos e intensificou a concorrência, que, se era precária antes do plano brasileiro, este a converteu em opulenta fonte de ganho. Foram, com efeito, os

produtores estrangeiros e não os nossos, paradoxalmente, os beneficiários da valorização que aqui se pôs em prática”. (D’ARAÚJO, 2011, p. 301).

A Aliança Liberal recebeu o apoio de diversos intelectuais e de grupos influentes do país, inclusive do movimento Tenentista, embora não estivesse clara a participação dos militares, conforme indica Fausto:

A aproximação mais segura entre a categoria social e a corrente deriva do fato de que um setor do movimento, detendo alguns postos na direção do Estado, propõe-se a realizar um programa de reformas pequeno-burguês em essência, embora com escassa correspondência na pequena burguesia do tempo. (FAUSTO, 1997, p. 107).

Todo e qualquer apoio mostrava-se fundamental e decisivo. Neste contexto, Minas Gerais configurava-se como um dos grupos dissidentes mais fortes do país. Tendo grande participação na economia e no contexto social brasileiro, o estado integrou de modo intenso o processo proposto pela Aliança Liberal. Embora todo o estado tenha tido uma grande importância na divulgação, a cidade de Muzambinho, no sul de Minas

Gerais, com o seu jornal *O Muzambinhense*, semanário ligado aos representantes do PRM no município, destacou-se no apoio concedido ao “projeto revolucionário”. Em uma análise das edições publicadas entre março e novembro de 1930 (sendo este último no ano o ano da eleição), é possível apontar uma série de matérias que demonstram uma grande parcialidade na cobertura de tudo aquilo que se relacionava com a Aliança Liberal.

Devido ao apoio limitado, de apenas três estados, sabia-se que a vitória da Aliança Liberal seria um feito difícil. Havia até mesmo marchinhas que demonstravam o consenso de que Júlio Prestes venceria: “Paraibano com gaúcho e com mineiro, Diz o Julinho, É sopa, é sopa, é sopa!(SALLES, L. W.; BORGES, W. C., 2002, p. 31).

A eleição para a presidência da república ocorreu em 1 de março de 1930, e foi vencida por Júlio Prestes, o “Candidato Nacional”. Getúlio, no entanto, obteve 100% dos votos do Rio Grande do Sul e apresentou um ótimo desempenho nos três estados aliancistas. Nos outros estados, os resultados foram insatisfatórios.

2. Metodologia

Para o desenvolvimento da pesquisa foi utilizado o acervo documental do Jornal *O*

Muzambinhense encontrado no Museu Municipal Francisco Leonardo Cerávolo da cidade de Muzambinho, além de pesquisa bibliográfica dos autores supracitados na fundamentação teórica. Para o início do projeto, foram selecionados os números do Jornal que contribuíram para o presente trabalho. Após a seleção, foi realizada a digitalização e o estudo das publicações, em especial, das edições do ano de 1930.

3. Resultados e Discussões

A apuração dos resultados da eleição durou muito tempo, se estendendo até maio de 1930. O jornal *O Muzambinhense* publicou inúmeras matérias sobre as eleições de 1º de março para presidente e vice-presidente do país. Elas eram chamadas: “Ainda sobre o pleito de 1 de março”. Em uma delas, publicada no dia posterior às eleições (2 de março), a matéria expunha os resultados de Vargas e de Prestes em Muzambinho, comprovando que a Aliança teve o maior número de votos na cidade e exaltando tal acontecimento, em frases como:

TRECHO 1 – Jornal *O Muzambinhense* – 02/03/1930: “Bemdicto seja o povo de Muzambinho, que hontem, em pleito livre,

readquiriu sua liberdade, sacudindo o jugo de uma oligarquia nefasta”.

Essa edição também anuncia um “Comício em Santa Cruz da Aparecida” (hoje distrito do município de Monte Belo) em apoio à Aliança Liberal. Em ambos os textos, as vitórias regionais do partido são comemorados de forma entusiasmada, ressaltando em alguns deles as tendências liberais de Muzambinho:

TRECHO 2 – Jornal O Muzambinhense – 02/03/1930: “Deante o resultado do pleito de 1º de Março, venho com o maior entusiasmo felicitar o distinto amigo e o Partido Republicano Muzambinho pela brilhante vitória alcançada nesse dia”.

Na edição do dia 23 de março, o jornal se refere ao desempenho da Aliança Liberal em Minas Gerais como um todo:

TRECHO 3 – Jornal O Muzambinhense – 23/03/1930: “O resultado da eleição em Minas é a expressão lidima e real da verdade. O pleito aqui correu livre com direito de voto plenamente assegurado”.

As edições do jornal ao longo de todo o ano de 1930 se mostravam cada vez mais

favoráveis aos posicionamentos aliancistas. Em uma matéria do dia 18 de maio, *O Muzambinhense* exalta o prestígio e a relevância da Aliança Liberal em Muzambinho, criticando os chamados “reacionários” e a reafirmando a vitória dos “libertários” sobre os conservadores. Além disso, afirma que o jornal, em si, não se utiliza de ofensas pessoais ou ataques e apenas expressa a “vitória real” dos partidários do partido aliancista, afirmando que uma nova era se aproximava.

Em um artigo do dia 08 de junho de 1930, intitulado *O Manifesto de Luiz Carlos Prestes*, o veículo presta elogios a Luiz Carlos Prestes (embora a reportagem trate de uma queda de popularidade do revolucionário), um dos apoiadores da Aliança liberal e conhecido por ser adepto do comunismo e de suas inúmeras tentativas revolucionárias. Nele, refere-se a Prestes como “um ídolo do povo”, comparando seus feitos aos de Napoleão Bonaparte, o que novamente demonstra o apoio do jornal ao partido aliancista.

TRECHO 4 – Jornal O Muzambinhense – 08/06/1930: “Foi de tristeza a impressão que nos deixou a leitura do manifesto de Luiz Carlos Prestes. O grande cabo de guerra, ídolo do povo, viu de um momento para outro esboroar-se sua popularidade. Para o general

Prestes, voltavam-se os olhos súplices de todos os desesperados; seu nome já se tornara legendário, e todos, na sua pessoa, viam o Messias, o salvador. Se Carlos Prestes quisesse, poderia sozinho atravessar a fronteira e um exército formidável o acompanharia, tal qual Napoleão, ao sabor da ilha de Elba”.

Embora desfavorável ao partido o resultado das eleições, foi, a princípio, aceito. Porém, um fato mudou o rumo dos acontecimentos políticos do país. Em 26 de julho de 1930, o candidato à vice-presidência pela Aliança Liberal foi assassinado. O crime não teve motivos políticos, mas sim pessoais, e foi cometido por João Duarte Dantas. O advogado teve seu escritório invadido e algumas de suas cartas pessoais, trocadas com a professora Anayde Beatriz, foram divulgadas. A forma como os jornais de estados que integravam a dissidência da Aliança Liberal e que não a integravam abordaram o acontecimento foi claramente diferente.

O jornal “Folha da Manhã” do Rio de Janeiro teve uma abordagem direta e imparcial, com foco nas informações de forma jornalística, como podemos observar abaixo:

As Primeiras Noticias: RIO, 26 de julho de 1930 — Urgentíssimo — À noite começou a correr nesta capital, que havia sido assassinado na cidade do Recife, aonde chegara de manhã, o presidente João Pessoa. O assassinato teria ocorrido na Confeitaria Gloria depois de um incidente entre o presidente da Parahyba e o seu matador. Parece que este é um senhor de sobrenome Dantas. O assassino fugiu. Até este instante nenhuma notícia recebemos do nosso correspondente em Recife.”

Já o jornal *O Muzambinhense*, concedeu maior parcialidade à notícia referente ao acontecimento, exaltando a figura do político morto. Considerando a participação de Minas Gerais na dissidência aliancista, com clara da adesão de uma importante parte da cidade aos ideais liberais:

TRECHO 5 – Jornal O Muzambinhense – 03 de agosto de 1930 : “O Brutal Assassinio do Illustre Presidente da Parahyba”: Tombou, miseravelmente abatido por uma bala criminosa, o corpo do maior dos brasileiros até hontem vivos, a esperança máxima dos que ainda creem na regeneração de nossos aviltados costumes políticos”.

A morte de João pessoa foi uma das primeiras demonstrações das tendências

messiânicas do país; sua figura foi tratada como exemplo, com inúmeros elogios, que tornam-se ainda mais fortes quando observase que foram prestados por um veículo de comunicação. Veja-se a passagem foi extraída do jornal *O Muzambinhense*:

TRECHO 6 – Jornal *O Muzambinhense* – 03 de agosto de 1930: “(...) e foram taes as demonstrações de sua capacidade e officencia de seu talento que o Brasil inteiro voltou suas vistas admiradas para o messias que se revelára no pequeno Estado a que o governo central negára o direito de se defender, proibindo-o de adquirir meios para esse fim, como que patrocinando a causa inglória dos cangaceiros”.

Tal posicionamento demonstra certa parcialidade da imprensa muzambinhense, considerando que o trecho foi extraído de um veículo de comunicação. A abordagem com grandes elogios dá indícios de que o apoio de pessoas políticas e socialmente relevantes na região pertencia à Aliança Liberal, apoio esse expresso sob a forma de elogio e demonstração de inconformidade e revolta com sua morte.

Embora o assassinato não apresentasse qualquer relação com a eleição

de Júlio Prestes, o episódio foi o estopim que deflagrou a mobilização dos apoiadores de Getúlio e da Aliança Liberal. O crime gerou uma grande comoção nacional, que criou um cenário propício para uma ação revolucionária. A cada dia, os ânimos se agitavam cada vez mais e a Revolução tornou-se inevitável. Ainda em 1929, O presidente de Minas Gerais, Antônio Carlos Ribeiro de Andrada (SCLIAR, 2010, p. 159) chegou a afirmar em um discurso: “Façamos a revolução pelo voto antes que o povo a faça pela violência”.

O Brasil, como país subdesenvolvido, assume em seu contexto histórico uma característica comum a países que se caracterizam como tal: o messianismo. Ou seja, a procura e a crença de que em algum momento surgirá no cenário político uma figura “salvadora”, que, de forma surpreendente, corrigirá os problemas do país. De certa maneira, tal figura messiânica alude de forma direta ou mesmo subliminar a uma figura religiosa. A passagem citada anteriormente traz grandes elogios a João Pessoa. Ele é retratado como uma figura exemplar, e cuja morte impediu que sua grande capacidade política entrasse em cena.

A Revolução de 30 ganhou contornos

mais detalhados a partir de setembro de 1930, quando o governo de Olegário Maciel, muito adepto desta, assume a presidência de Minas Gerais. Finalmente, em 3 de outubro de 1930, inicia-se a revolução. Alguns minutos antes da deflagração oficial, Getúlio Vargas falou a respeito de um possível fracasso do empreendimento:

*Quatro e meia. A hora se aproxima. Examino-me e sinto-me com o espírito tranquilo de quem joga um lance decisivo porque não encontrou outra saída. A minha vida não me interessa e sim a responsabilidade de um ato que decide o destino da coletividade. Mas esta queria a luta, pelo menos nos seus elementos mais sadios, vigorosos e altivos. Não terei depois uma grande decepção? Como se torna revolucionário um governo cuja função é manter a lei e a ordem? E se perdermos? Eu serei depois apontado como o responsável, por despeito, por ambição, quem sabe? Sinto que só o **sacrifício da vida** poderá resgatar o erro de um fracasso. (NETO, 2012).*

A revolução saiu vitoriosa, e no dia 1 de novembro de 1930, Getúlio Vargas assumiu oficialmente o cargo provisório de presidente, encerrando o ciclo da Primeira República. Embora posteriormente tenha sido verificado

que ocorreu, na realidade, apenas uma troca de elites no poder (a elite oligárquica cafeeira foi substituída pela elite industrial), a Revolução de 30 configurou um processo nunca antes visto no Brasil, colocando fim a um longo período de monopólio do governo por parte de apenas dois partidos. Boris Fausto (1997, p. 116) define o momento:

Ao se caracterizar a Revolução de 1930 é preciso considerar que as suas linhas mais significativas são dadas pelo fato de não importar em alteração das relações de produção na instância econômica, nem na substituição imediata de uma classe ou fração de classe na instância política. As relações de produção, com base na grande propriedade agrária, não são tocadas; o colapso da hegemonia da burguesia do café não conduz ao poder político outra classe ou fração de classe com exclusividade. Essa última circunstância elimina as explicações monistas do episódio, em termos de ascensão da burguesia nacional, revolução das classes médias.

Os desdobramentos deste processo foram inúmeros, e a cobertura do jornal O Muzambinhense, foi, novamente, muito parcial. No texto *Nova mentalidade* da edição de 23 de novembro de 1930, o editorial se

incluir no grupo dos revolucionários de maneira muito explícita:

TRECHO 7 – Jornal O Muzambinhense – 23/11/1930: “A campanha que teve por epílogo o triunfo de revolução foi uma luta de vida e de morte, especialmente para nós revolucionários”.

As consequências da revolução foram inúmeras. Embora tenha sido a princípio um “governo provisório”, Getúlio Vargas permaneceu no poder durante 15 anos, de 1930 até 1945. Após a revolução, uma série de mudanças foram implementadas: foi criado o Ministério do Trabalho, da Indústria e do Comércio, que já começava a comprovar o caráter trabalhista da política varguista. Uma nova constituição foi promulgada em 1934, após pressão da parte dos participantes da Revolução Constitucionalista de 1932. Ela foi explicada por Getúlio no 10º aniversário da Revolução de 30 da seguinte maneira:

Uma constitucionalização apressada, fora de tempo, apresentada como panaceia de todos os males, traduziu-se numa organização política feita ao sabor de influências pessoais e partidarismo faccioso, divorciada das realidades

existentes. Repetia os erros da Constituição de 1891 e agravava-os com dispositivos de pura invenção jurídica, alguns retrógrados e outros acenando a ideologias exóticas. Os acontecimentos incumbiram-se de atestar-lhe a precoce inadaptação! (VARGAS, Getúlio. Discurso proferido em 1935)

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Revolução de 30 foi responsável por trazer à tona um dos maiores políticos da história do Brasil. Vargas foi uma figura contraditória, de tendência paternalista, de popularidade exacerbada. Assim como João Pessoa, sua figura era retratada de forma messiânica, e ao contar com um forte departamento de propaganda, constituiu um governo relativamente estável e de grande aceitação da população de uma forma geral.

A morte de João Pessoa repercutiu em todo o país e a bandeira revolucionária aproveitou a ocasião para envolver o Palácio do Catete e dar ao episódio o calor político necessário para os revoltosos. A notícia da morte de João Pessoa foi veiculada nos principais jornais do país e também nas cidades interioranas onde o momento político acirrava os ânimos pela revolta. Além de se

posicionar politicamente, o jornal *O Muzambinhense* enfatizou o caráter messiânico de mais um dos personagens políticos da História do Brasil.

O apoio das pequenas dissidências em conjunto com as de maior proporção foram fundamentais para o sucesso da Revolução. A partir de todas as edições e do conteúdo das matérias publicadas no jornal *O Muzambinhense*, é possível identificar um claro apoio do veículo à Aliança Liberal, que abordava os temas relacionados de forma muito parcial. Tal parcialidade era observada em matérias publicadas em jornais dos estados que forneciam apoio ao partido. O fato dos jornais expressarem a opinião de uma parcela populacional significativa e as vitórias da Aliança Liberal na cidade são fatores que comprovam a adesão pioneira de Muzambinho ao processo revolucionário.

REFERÊNCIAS

D'ARAÚJO, M. C. de. (Org.). **Perfis dos parlamentares brasileiros: Getúlio Vargas**. Brasília: Biblioteca Digital da Câmara dos Deputados, 2011.

FAUSTO, B. **A revolução de 1930**: historiografia e história. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

MONTEIRO, N. G. **As classes produtoras em Minas Gerais**. In: Seminário de Estudos Mineiros, 4, 1987, Belo Horizonte. A Revolução de 30, UFMG.

NETO, L. **Getúlio Vargas (1882-1930)**: dos anos de formação à conquista do poder. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

PORTAL MEMORIAL, **Memorial de Campos Salles**: Manoel Ferraz de Campos Salles. Disponível em: <<http://www.memoriall.com.br/0057A#.WKwgnNqrJkg>>. Acesso em: 21 fev. 2017.

QUEIROZ, M. I. P. **O Messianismo no Brasil e no mundo**. São Paulo: Alfa e Ômega, 1977.

SALLES, L. W.; BORGES, W. C. **Brasil século XX**: ao pé da letra da canção popular. São Paulo: Nova Didática, 2002.

SCHWARCZ, L. M.; STARLING, H. M. **Brasil**: uma biografia. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

SCLIAR, M. **“Eu vos abraço, milhões”**. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

WEFFORT, F. **O populismo na política brasileira**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.

AGRADECIMENTOS

Expressamos aqui os sinceros agradecimentos à Fundação de Amparo à Pesquisa de Minas Gerais (FAPEMIG) e ao IFSULDEMINAS-Câmpus Muzambinho.